



Comissão de Defesa Nacional

**ATA NÚMERO 37/XV/1.ª SL**

Aos 21 dias do mês de março de 2023, pelas 15 horas, reuniu-se a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

**1 - Apreciação e votação da ata n.º 36/XV/1.ª, correspondente à reunião de 14 de março de 2023;**

**2 - Informação de baixa à Comissão da seguinte iniciativa:**

**Projeto de Lei n.º 665/XV/1.ª (BE) - Reduz as contribuições para os subsistemas de saúde SAD e ADM;**

***Comissão competente: Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local (13.ª) | em conexão: 1.ª e 3.ª comissões***

**3 - Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 617/XV/1.ª (CH) – Procede ao aumento do valor do capital de risco do seguro de vida não contributivo dos militares em missões humanitárias e de paz fora do território nacional;  
Relatora: Deputada Cristiana Ferreira (PSD)**

**4 – Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**

**- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição urgente da Ministra da Defesa Nacional e do Chefe do Estado-Maior da Armada-AMN, na sequência de notícias veiculadas na comunicação social sobre os 13 militares da Marinha que recusaram embarcar no NRP Mondego para patrulhar um navio russo alegadamente por falta de condições de segurança e limitações técnicas do navio;**

**- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição da Ministra da Defesa Nacional e do Chefe do Estado-Maior da Armada-AMN, sobre o mesmo tema;  
(Nos dois requerimentos é salvaguardada a possibilidade de a audição ser feita à porta fechada)**

**5 - Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Marcos Perestrello, e com a concordância de todos os Grupos Parlamentares presentes, procedeu-se à alteração da ordem dos pontos da OD, começando os trabalhos pelo ponto 4.

**4 – Discussão e votação dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do CH e da IL, para audição da Ministra da Defesa Nacional e do Chefe do Estado-Maior da Armada-AMN, na sequência de notícias veiculadas na comunicação social sobre os 13 militares da Marinha que recusaram embarcar no**



## Comissão de Defesa Nacional

### **N.R.P. Mondego para patrulhar um navio russo alegadamente por falta de condições de segurança e limitações técnicas do navio.**

Em primeiro lugar, usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Pessanha (CH) e Rodrigo Saraiva (IL) para fazer a apresentação, respetivamente, do requerimento do Grupo Parlamentar do CH e do requerimento do Grupo Parlamentar da IL, explicando o contexto e a motivação dos mesmos. No debate conjunto que se seguiu, intervieram os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), Diogo Leão (PS) e Pedro Pessanha (CH), além do Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) começou por referir que o episódio em torno do navio Mondego era grave e preocupante, desde logo porque colocava em causa a imagem de Portugal perante os seus parceiros da OTAN e da UE, além de afetar a imagem da própria Marinha. Disse entender que o Governo devia explicações aos portugueses, explicações essas que não poderiam circunscrever-se à mera proclamação de que competia à Marinha aferir das circunstâncias desse acontecimento, ou de que competia à Marinha conduzir os procedimentos de foro disciplinar – exigia-se muito mais do Governo. Esclareceu, por outro lado, que, ao contrário do Grupo Parlamentar do CH, o PSD não esperava nem exigia do Governo explicações de âmbito disciplinar ou jurisdicional, porque essas pertenciam ao foro militar, do foro interno das Forças Armadas, não devendo, por esse motivo, o Parlamento interferir. Terminou dizendo que o que interessava ao Parlamento era que o Governo garantisse aos portugueses que as Forças Armadas estavam em condições de assegurar a soberania e os compromissos assumidos internacionalmente pelo País, acrescentado que essas explicações poderiam ser dadas com o cuidado e a reserva que a matéria impunha, ou seja, eventualmente numa audição a realizar à porta fechada, se for entendido mais conveniente.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) esclareceu que o caso em apreciação, que era público, dizia respeito a uma situação de insubordinação ocorrida num navio da Armada Portuguesa e, a esse propósito, lamentou que tivessem sido proferidas algumas declarações, pois era seu entendimento de que o caso não tinha enquadramento político, na medida em que mal se andaria se as insubordinações militares fossem justificadas pelo poder político. Acrescentou que, em termos de sustentabilidade dos



## Comissão de Defesa Nacional

navios, era importante que a Comissão se mantivesse atualizada e informada sobre a credibilidade que Portugal oferecia do ponto de vista da sua capacidade naval, sendo certo – recordou – que, muito recentemente, tivera lugar uma audição na Comissão, à porta fechada, com o CEMA, em que este interveio com total transparência sobre o estado de manutenção da frota. Concluiu dizendo que as questões relacionadas com as Forças Armadas deveriam ser tratadas sob o ponto de vista do interesse nacional, acima da arena do combate político, e insistiu que o caso de insubordinação mencionado nos requerimentos estava a ser tratado nos órgãos próprios, no foro disciplinar das Forças Armadas e, eventualmente, no foro criminal. Todavia, declarou que o PS não iria inviabilizar o requerimento da Iniciativa Liberal, para que pudessem ser ouvidos a Senhora Ministra da Defesa Nacional e o Senhor Almirante CEMA.

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) reiterou a gravidade do episódio ocorrido no N.R.P. Mondego, por estar em causa uma missão da OTAN e não uma missão de rotina da Marinha Portuguesa.

No final, os dois requerimentos foram submetidos a votação, tendo o requerimento do Grupo Parlamentar do CH sido rejeitado, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do CH e da IL; e o requerimento do Grupo Parlamentar da IL aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

A propósito do formato das audições a realizar, o Senhor Presidente recordou que, por regra, as reuniões da Comissão eram públicas, a não ser que as entidades a ouvir sinalizassem o interesse em realizá-las à porta fechada, em razão da sensibilidade e da reserva da matéria a tratar. Dito isto, o Senhor Presidente ficou de contactar a Senhora Ministra da Defesa Nacional e o Senhor Almirante CEMA para os questionar sobre o formato das audições e, em função da resposta, a Comissão deliberaria sobre a realização, ou não, das mesmas à porta fechada.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) sugeriu que, tendo em conta a hierarquia e o protocolo, se realizasse, em primeiro lugar, a audição do CEMA e só depois a da Senhora Ministra da Defesa Nacional, tendo o Senhor Presidente retorquido que esse não era um ponto essencial, que dependeria das respetivas agendas.



Comissão de Defesa Nacional

*Neste momento, assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente Rodrigo Saraiva (IL).*

**1 – Apreciação e votação da ata n.º 36/XV/1.ª, correspondente à reunião de 14 de março de 2023**

Em seguida, foi apreciada e aprovada por unanimidade, na ausência do PCP e do BE, a ata n.º 36/XV/1.ª, correspondente à reunião de 14 de março de 2023.

**2 – Informação de baixa à Comissão da seguinte iniciativa:**

**PROJETO DE LEI**

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PJL 665/XV/1.ª (BE)	<u>Reduz as contribuições para os subsistemas de saúde SAD e ADM;</u> <i>Comissão competente: Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local (13.ª) Em conexão: 1.ª e 3.ª comissões</i>	<i>Deliberado emitir parecer</i> Relator: Deputado Rodrigo Saraiva (IL)

**3 – Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 617/XV/1.ª (CH) –  
Procede ao aumento do valor do capital de risco do seguro de vida não contributivo dos militares em missões humanitárias e de paz fora do território nacional;**

Procedeu-se à apreciação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 617/XV/1.ª (CH) – Procede ao aumento do valor do capital de risco do seguro de vida não contributivo dos militares em missões humanitárias e de paz fora do território nacional, que foi apresentado pela respetiva relatora, Deputada Cristiana Ferreira (PSD). Após as breves intervenções dos Senhores Deputados Pedro Pessanha (CH) e Miguel dos Santos Rodrigues (PS), que agradeceram a forma resumida, factual e clara como a Relatora expôs a iniciativa, o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e do BE.

**5 - Outros assuntos**



Comissão de Defesa Nacional

No ponto reservado a outros assuntos, não se registaram pedidos de palavra.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de março de 2023.

**O Presidente da Comissão,**

(Marcos Perestrello)



Comissão de Defesa Nacional

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão (PS)  
Dora Brandão (PS)  
Joana Sá Pereira (PS)  
Manuel Dos Santos Afonso (PS)  
Marcos Perestrello (PS)  
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)  
Cristiana Ferreira (PSD)  
Joaquim Pinto Moreira (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Rui Vilar (PSD)  
Pedro Pessanha (CH)  
Rodrigo Saraiva (IL)  
Sara Velez (PS)  
Rui Paulo Sousa (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisco César (PS)  
Maria Da Luz Rosinha (PS)  
Adão Silva (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Oliveira (PS)  
Ivan Gonçalves (PS)  
Ricardo Lino (PS)  
Sérgio Ávila (PS)  
António Prôa (PSD)  
Carlos Eduardo Reis (PSD)  
Olga Silvestre (PSD)



Comissão de Defesa Nacional

João Dias (PCP)  
Joana Mortágua (BE)

